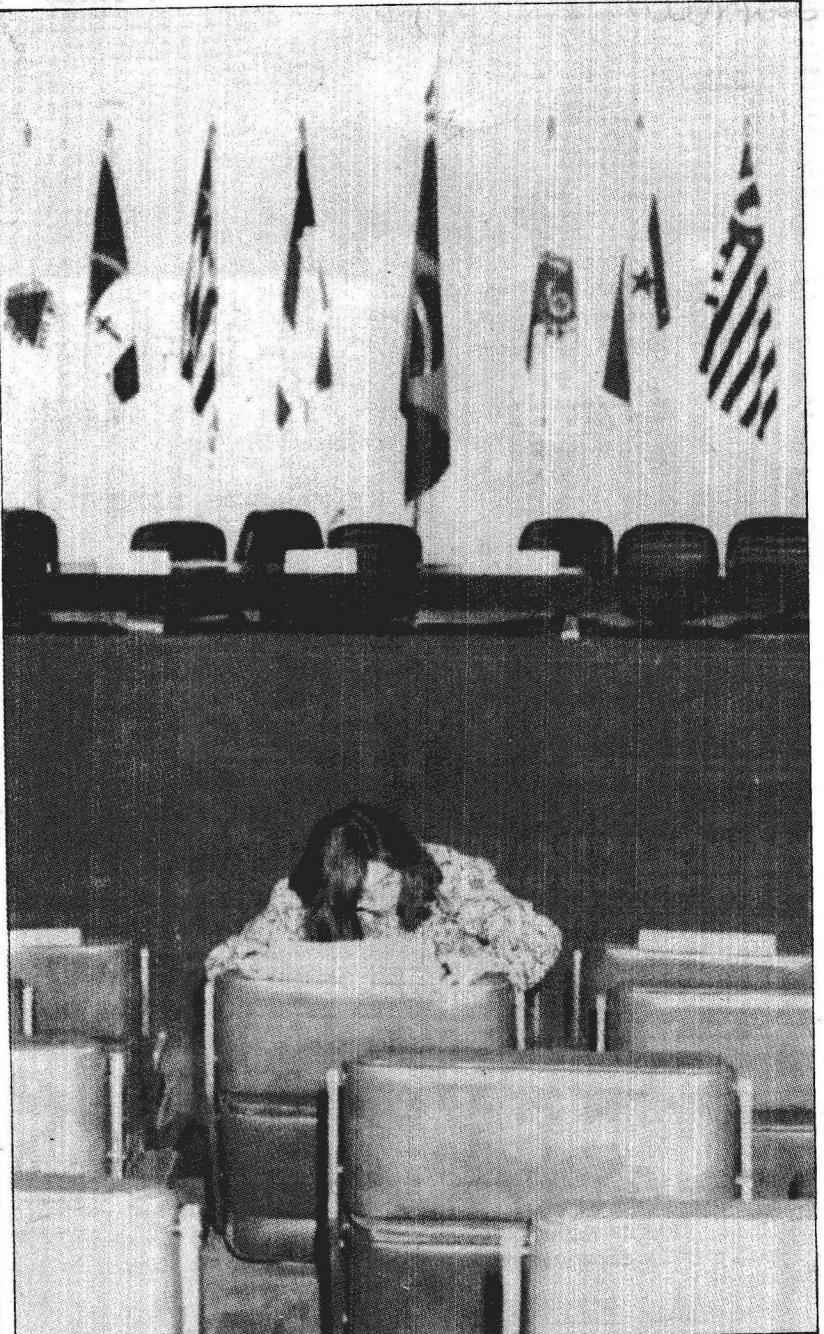


ESCÂNDALO/DESOBRAMENTOS

Subcomissão responsabiliza empreiteiras

Jorge Cardoso/AE



Funcionária prepara plenário onde será feita a leitura do relatório

Grupo que investigou patrimônio pede enquadramento criminal de 9 construtoras, além de sugerir cassação de 17 parlamentares e inquérito por uso indevido do cargo para ex-integrantes do governo Collor

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Além de sugerir a cassação de 17 parlamentares, o relatório da subcomissão de patrimônio da CPI do Orçamento, entregue ontem à tarde ao relator-geral Roberto Magalhães (PFL-PE), traz algumas surpresas. Pede o enquadramento criminal de nove empreiteiras e responsabiliza pelo uso indevido de cargo público o ex-ministro das Minas e Energia Pratini de Moraes e dois ex-presidentes da Caixa Econômica Federal (CEF) — Lafaiete Coutinho e Álvaro Mendonça.

Outras autoridades do governo Collor, como os ex-ministros da Ação Social Margarida Procópio e Ricardo Fiúza, os representantes do governo no Conselho Curador do FGTS e os presidentes do Incra no biênio 1991-1992 também serão denunciados ao Ministério Público.

De acordo com a subcomissão, o Ministério das Minas e Energia e a Eletrobrás criaram neste período operações de financiamento da privatização de estatais que favoreceram a Construtora Norberto Odebrecht. Já os ex-presidentes da CEF, ex-ministros da Ação Social e representantes do governo no Conselho Curador, são responsabilizados pelo

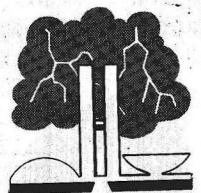
rombo decorrente da aplicação irregular do FGTS. As investigações revelaram que a presidência da CEF, responsável pelas liberações para construção de casas populares e obras de saneamento, não tinha autorização legal para esta tarefa.

O pedido de enquadramento das empreiteiras surgiu da investigação sobre os processos de licitação de 26 obras públicas. De acordo com a subcomissão, a Odebrecht, OAS, Servaz, CBPO, Tenenge, Cowan, Queiroz

Galvão, E.I.T e Tratex devem ser alvo de processo na Polícia Federal pelos seguintes crimes: formação de quadrilha, corrupção ativa, fraude em concorrência pública, abuso de poder econômico e crime contra a ordem tributária.

“Vamos enviar a documentação ao Ministério Público já no ponto de instauração de processo”, disse ontem o coordenador da sub-

missão, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). Bisol foi quem determinou, há cerca de dois meses, a apreensão dos arquivos da Odebrecht em Brasília. As apurações levaram a CPI a concluir que as construtoras preparavam desde o edital de obras públicas até o resultado final da concorrência, embutindo superfaturamento de preços e pagamento de propinas.



LISTA INCLUI
MARGARIDA,
LAFAIETE E
MENDONÇA